

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2012 – NÚMERO 20/2012

Aos vinte e três dias do mês de Outubro do ano de dois mil e doze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Pereira, João Pedro da Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram dezoito horas e dez minutos.

A Vereadora Sónia Sanfona chegou no início do Período Antes da Ordem do Dia.

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 23 de Outubro de 2012.

ACTAS

Passou-se à apreciação e votação da acta nº 15/2012, da reunião de 9 de Agosto de 2012.

Com as alterações propostas pelo Presidente, a acta foi aprovada por maioria com duas abstenções do Presidente e da Vereadora Regina Ferreira, que não estiveram presentes na reunião a que se reporta a acta.

Passou-se à apreciação e votação da acta nº 16/2012, da reunião de 28 de Agosto de 2012.

Com as alterações propostas pela Vereadora Regina Ferreira e pelo Presidente, a acta foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Vereadora Regina Ferreira questionou o Presidente acerca da notícia que dava conta da existência de arsénio na composição da água de Alpiarça. A ser verdade, a Vereadora quer saber o que foi feito no sentido de inverter esta situação.

O Presidente explicou que a existência do arsénio na água da região data de há milénios, sendo que a questão do seu impacto no consumo público tem já várias décadas, pelo menos desde que se começou a captar água a partir de determinada profundidade. A quantidade de arsénio na água foi sempre a mesma, mas com a alteração da legislação em 2004, o valor passou a estar acima do valor recomendado pela ERSAR, a entidade que regula estas matérias. Desde então, Alpiarça e outros municípios que tinham o mesmo problema passaram a pedir à ERSAR derrogações consecutivas da aplicação da legislação até que conseguissem resolver o problema, que não é de fácil resolução e carece de grandes investimentos. Esta questão foi trazida a público durante o mandato anterior, sendo que na altura o Executivo limitou-se, como os anteriores, a pedir novas derrogações dos valores permitidos. Entretanto, com a entrada em funcionamento da Águas do Ribatejo, o problema passou a estar na alçada dessa entidade. Aquilo que este Executivo fez foi insistir junto desta empresa Intermunicipal na necessidade de se fazer este investimento, diligência que obteve sucesso, uma vez que a estação de tratamento de águas já está a ser construída, no que representa um investimento por parte das Águas do Ribatejo no valor de meio milhão de euros.

A Vereadora Sónia Sanfona lembrou que aquando da adesão do Município à Águas do Ribatejo foi elencado um conjunto de investimentos necessários à melhoria das condições do fornecimento de água. Perguntou por isso se a construção da Estação de Tratamento de Águas já estaria ou não prevista nessa altura. Entende a Vereadora que, a ser assim, não se pode dizer que o anterior Executivo não fez nada pela resolução do

problema. A Vereadora perguntou ainda se a Autarquia fez alguma chamada de atenção à Águas do Ribatejo pelo facto de a menção à presença de arsénio ter deixado de aparecer na factura da água.

O Presidente explicou que não se tinha apercebido nem da presença nem da retirada da menção, reportando a responsabilidade dessa matéria à empresa Águas do Ribatejo. Quanto ao elencar das necessidades, o Presidente não conseguiu precisar de momento se a construção da estação de tratamento estaria elencada como prioritária aquando da assinatura do contrato com esta empresa. Sabe no entanto que o assunto era do conhecimento da Administração.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

VÁRIOS:

- **Agrupamento de Escolas de José Relvas – Alpiarça** - **Agradecem a forma pronta e disponível como a CMA acedeu ao solicitado pelo Agrupamento.**

Deu-se conhecimento.

- **Grupo Parlamentar do PCP** – **Enviaram para conhecimento a Declaração Política, apresentada pela deputada Paula Santos do Grupo Parlamentar do PCP, sobre a apresentação de candidaturas no domínio do ciclo urbano da água na vertente em baixa – modelo não verticalizado do POV/TQREN.**

Deu-se conhecimento.

- **Grupo Parlamentar do PCP** – **Remetem para conhecimento o teor do Projecto de lei do GP-PCP que revoga a Lei nº 22/2012 de 30 de Maio, que aprova o regime jurídico de reorganização administrativa territorial autárquica, repristinando as normas por esta revogadas.**

Deu-se conhecimento.

- **Informação Interna nº 86/GE/2012** – **Protocolo CRIAL – Propõe-se a prorrogação do protocolo da Hipoterapia com o CRIAL para o ano lectivo 2012/2013, com as seguintes diferenças protocolares: Horários, Transportes, Competências da CMA (Transportes dos Alunos do Agrupamento).**

Deliberado por unanimidade aprovar a prorrogação do protocolo com o CRIAL.

- **Informação Interna nº 88/GE/2012** – **Auxílios Económicos – Requerimentos de Auxílios Económicos realizados fora do prazo. 2º Pedido fora do prazo.**

A Vereadora Sónia Sanfona quis deixar patente a este propósito a sua preocupação relativamente à previsão de um aumento exponencial de situações de carência financeira das famílias em função do impacto das medidas do Orçamento de Estado para 2013. Nos próximos tempos muitas famílias da chamada classe média serão confrontadas com a incapacidade de prover à subsistência das suas crianças nos termos que assumiram inicialmente e terão de recorrer ao Município, que é o órgão institucional mais próximo das pessoas, para procurar ajuda, o que aliás já está a acontecer um pouco por todo o país. A sua incapacidade para desde logo custear as refeições escolares evidencia a fragilidade com que essas crianças vão à escola e o nível de desigualdade que passam a sofrer em relação aos seus colegas. Entende portanto a Vereadora que se trata de um problema de extrema importância, pelo que deixa aqui manifesta não só a sua preocupação mas a sua disponibilidade para, em conjunto, procurar-se formas de responder a este problema.

O Presidente mostrou-se também sensibilizado para este problema e explicou que já teve oportunidade de abordar o assunto junto da Direcção da Escola, que neste

momento garante que não há, pelo menos do ponto de vista formal, nota de um crescimento de situações de carência alimentar. No entanto, o Presidente concorda que é de prever um agravamento da situação no próximo ano, pelo que se propôs a contactar novamente a escola no sentido de se proceder a um inquérito mais aprofundado das carências a este nível. Em todo o caso, e durante o período escolar, a situação está mais ou menos salvaguardada, uma vez que a Câmara tem capacidade de resposta através da concessão de auxílios económicos nos termos em que o tem vindo a fazer e a trazer a esta Câmara.

A Vereadora Sónia Sanfona concorda com o Presidente, mas alertou para a eventualidade de existirem famílias que passaram a ter dificuldades mas que, por vergonha, mantêm silêncio sobre a sua real situação. Esclareceu que o sentido da sua intervenção era apenas alertar para a necessidade de ficarmos mais atentos aos sinais a fim de diagnosticar estas situações.

O Presidente comprometeu-se em procurar articular com a escola o aprofundamento do conhecimento de situações problemáticas, e intervir se houver necessidade.

Deliberado por unanimidade aprovar a integração destes alunos na lista dos auxílios económicos do Município.

- AIDIA – Associação Independente para o Desenvolvimento Integrado de Alpiarça – Solicita apoio para edição do 2º caderno cultural – “Os arroteamentos do Vale da Lama da Atela e d’outros vais – A saga da terra e do pão” – Propõe-se a aquisição de 50 exemplares do livro, sendo o custo unitário de 6€.

Deliberado por unanimidade aprovar a aquisição de 50 exemplares do livro.

- Informação nº 9/2012 (GAP/DJ) – Alpiagra/2012 (Subsídios) – Relativamente ao apoio dado pela Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º Dezembro na Alpiagra/2012, nomeadamente na organização de Maratona Fotográfica, Espectáculo Orfeão e Encontro de Bandas – Propõe-se a atribuição de 1000€ para fazer face às despesas suportadas pela Associação.

A Vereadora Sónia Sanfona, não tendo embora nenhuma oposição de princípio a que seja atribuído o subsídio, perguntou se algumas destas actividades não estariam já previstas no Plano de Actividades desta colectividade, o qual terá servido de critério à atribuição do subsídio anual por parte da Câmara Municipal. A Vereadora tem ideia de que pelo menos a Maratona Fotográfica constava no Plano, sendo que nesse caso, a atribuição de novo subsídio pela mesma actividade representa uma duplicação da subsidiação a esta colectividade.

O Presidente reconheceu que a realização da Maratona Fotográfica estava prevista no Plano de Actividades, mas não a actuação do Orfeão e o Encontro de Bandas, actividades acertadas durante a preparação da Alpiagra. A ideia que subjaz a esta proposta é a conceder uma compensação à Sociedade Filarmónica Alpiarcense (SFA) pelos encargos que tiveram com as iniciativas que decorreram durante a Alpiagra, principalmente o almoço que foi oferecido aos participantes da Maratona, o qual foi organizado, com recursos próprios, pela própria SFA. O Presidente lembrou que normalmente é prática da Câmara oferecer refeições no recinto da Feira aos participantes das actividades que decorrem na Alpiagra, e que esta solução permitiu à Câmara poupar muito dinheiro.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou que entende que se atribua um subsídio pelas actividades que não constavam no Plano de Actividades, mas que não faz sentido

subsidiar duas vezes a mesma actividade. Em todo o caso, votará favoravelmente esta proposta.

Deliberado por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio no valor de mil euros à Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1º de Dezembro.

- Município de Alpiarça – Proposta do Presidente da Câmara – Proposta de Revogação da Deliberação da Câmara Municipal de 6 de Junho de 2008, sobre a concessão de parcelas de terreno em direito de superfície.

O Presidente explicou sucintamente que esta proposta visa revogar a decisão da Câmara de Junho de 2008, relativa ao Pavilhão do PCP no recinto da Feira. Pelas razões evocadas na proposta, considera-se que a deliberação cria uma situação de desigualdade entre iguais, uma vez que mais nenhuma das entidades em iguais circunstâncias no recinto da Feira foi notificada para deixar os espaços que ocupam legitimamente, nem objecto de deliberação idêntica.

A Vereadora Regina Ferreira disse que a proposta não reúne elementos suficientes para que possa tomar uma decisão em consciência sobre esta matéria, pelo que pediu que se adiasse esta votação a fim de que pudesse tomar conhecimento do processo.

A Vereadora Sónia Sanfona também afirmou desconhecer todos os desenvolvimentos deste processo e levantou uma série de questões relativamente aos argumentos expostos na proposta apresentada pelo Presidente, que lhe parece manifestamente insuficiente para sustentar uma decisão deste género.

O Presidente explicou que um dos grandes problemas da decisão de 2008 que agora se pretende revogar foi ter violado o princípio de igualdade entre entidades que se encontram nas mesmas circunstâncias, e que esta proposta visa apenas repor a igualdade e fazer honrar os compromissos assumidos por esta mesma Câmara aquando da cedência dos espaços da Feira em 1988 e em 1997. Acrescentou que se tratou na altura de uma questão meramente política.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou não ter nenhum preconceito político, mas não tem conhecimento do processo que está para trás e que fundamentou as várias decisões, pelo que pôs à consideração do Presidente a possibilidade de este ponto ser retirado a fim de que as vereadoras pudessem tomar conhecimento do processo, sendo que se comprometiam em estar preparadas para votá-lo na próxima reunião.

O Presidente acedeu a esta proposta, afirmando que não quer que, futuramente, isto seja motivo de argumentação política. O ponto foi retirado.

DIVISÃO DE OBRAS PLANEAMENTO E URBANISMO

- Município de Alpiarça – GTO – Apresentação Certidão de Constituição de Compropriedade, do prédio rústico inscrito na matriz rústica da freguesia de Alpiarça sob o art.º nº 063.0008.00 (parte), dela constando o ónus de indivisibilidade, cuja requerente é a Sr.ª Maria Rosário Pisco Nunes dos Santos.

Deliberado por unanimidade ratificar este despacho.

- Município de Alpiarça – GTO – Informação Interna nº 98/2012 – Apresenta o documento de Validação Técnica (CIMLT) do Plano de Segurança e Saúde referente à “Empreitada dos Espaços Exteriores e Edifício de Apoio à Casa Museu dos Patudos – Alpiarça”. Submete-se o presente documento à Câmara Municipal na qualidade de dono de obra, para que delibere a sua aprovação para posterior comunicação.

Deliberado por unanimidade aprovar o documento de validação técnica do Plano de Segurança e Saúde referente à empreitada em causa.

- Município de Alpiarça – Proposta de Adesão da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça à Associação Portuguesa de Casas – Museu.

Deliberado por unanimidade aprovar a adesão da Casa dos Patudos à Associação Portuguesa de Casas – Museu. Remeter à próxima Assembleia Municipal.

- Município de Alpiarça – Proposta nº 14-VF/2012 – Proposta sobre Concurso Público da Empreitada “Espaços Exteriores e Edifício de Apoio à Casa Museu dos Patudos – Alpiarça. Propõe-se que seja deliberado pela CMA o envio à AM para solicitação de autorização prévia para assunção de compromisso para o exercício de 2013 do valor de 968.986,14€, para satisfazer a reprogramação física e financeira da Empreitada Referida.

Deliberado por unanimidade aprovar o envio de solicitação de autorização prévia à Assembleia Municipal.

As vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira apresentaram declaração de voto. As vereadoras aprovaram este ponto apenas porque se tratava de viabilizar um procedimento administrativo. Esta aprovação não sanciona portanto a opção tomada pelo Executivo de proceder à reprogramação física e financeira da empreitada, dado que desde a primeira hora esta reprogramação física tem merecido a reprovação geral das vereadoras.

- Município de Alpiarça – Proposta no âmbito do Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro – Revisão da área referente ao Plano de Pormenor da Zona Zhr(B) – Zona do Eucaliptal.

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de fundamentação para a elaboração da revisão do Plano de Pormenor da Zona do Eucaliptal, bem como a dispensa da avaliação ambiental estratégica, com base nos relatórios de justificação técnica apresentados.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- Município de Alpiarça – DMAF – Serviço de Contabilidade – Modificação ao Orçamento – Alteração nº 18/2012.

Deu-se conhecimento.

- Município de Alpiarça – DMAF – Serviço de Contabilidade – Modificação às GOP's – Alteração nº 16/2012.

Deu-se conhecimento.

- Município de Alpiarça – DMAF – 3º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro para posterior envio à Assembleia Municipal para apreciação e execução do P.S.F.

O Presidente explicou que, à semelhança do que tem vindo espelhado nos relatórios anteriores, o plano está a ser implementado e a obter resultados positivos mesmo numa conjuntura que é por si só muito desfavorável. O Presidente defendeu que tem havido muito realismo na elaboração dos orçamentos e que por isso mesmo o Plano de Saneamento Financeiro tem vindo a ser cumprido na sua generalidade. No que diz respeito à dívida, orçada em 31/12/2009 em 13.139.000,00€, houve um abatimento significativo de 3,5%, cifrando-se em Outubro deste ano na ordem dos 12.684.000,00€. O Presidente salientou que se tenha conseguido diminuir a dívida numa altura em que o Estado corta nas transferências de verbas para a Autarquia e que mesmo assim se tenha conseguido manter, em termos gerais, o nível de actividade da Câmara, sendo que nalguns casos houve até dilatação dessa mesma actividade.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou que, na sua opinião, considerar-se que o cumprimento deste Plano tem sido bem-sucedido e simultaneamente que a Câmara Municipal tem tido uma actividade em quantidade significativa é uma falácia. Para a Vereadora, o cumprimento deste Plano tem sido conseguido porque as regras e as imposições que lhe estavam subjacentes têm vindo a ser cumpridas, mas o ónus da assunção desta responsabilidade no plano financeiro tem-se reflectido de uma forma muitíssimo evidente na actividade da Autarquia e no desenvolvimento do projecto autárquico que esteve subjacente à candidatura da CDU. A Autarquia não só não tem tido a actividade que devia ter, como tem revelado muito falta de dinâmica, estratégia e capacidade de realização a vários níveis. Na sua análise, a actividade da Autarquia tem-se resumido, na maior parte das situações, a trabalhos de manutenção ou de pequenos melhoramentos da vila, que obviamente merecem ser assinalados, mas que, em todo o caso, são trabalhos que fazem parte dos serviços prestados normalmente pela Autarquia.

A Vereadora comentou ainda que desde o início do mandato que a CDU tem propalado a existência de uma dívida incomportável que levou à elaboração deste Plano de Saneamento Financeiro. Para a Vereadora esta argumentação está errada, uma vez que a verdade é que a dívida que este Executivo encontrou corresponde a um investimento muito maior em infraestruturas, em equipamentos e na melhoria das condições de vida das pessoas, o que prova que o endividamento que o Executivo encontrou serviu um propósito que corresponde ao aproveitamento que muitas autarquias, incluindo muitas da CDU, fizeram dos Quadros Comunitários e da capacidade de concretização de obra de então para dotar os municípios de equipamentos que hoje estão ao serviço da população. Se esta atitude está errada, a Vereadora pede que lhe digam de qual das obras que foram realizadas a população devia abdicar.

Relativamente ao relatório em si, a Vereadora entende que ele cumpre o seu papel de demonstração do cumprimento das obrigações decorrentes da aplicação do Plano de Saneamento, e saúda que se tenha conseguido, de certeza que com muita dificuldade, encontrar vias para cumprir o que estava estipulado.

Já quanto à questão da retracção da dívida, a Vereadora julga que outra coisa não seria compreensível neste momento, dado que ela decorre da própria aplicação do Plano e das regras impostas pelo Governo às autarquias.

Por último, a Vereadora fez referência à questão da maximização da receita, esclarecendo que as vereadoras da oposição votaram favoravelmente a proposta de aplicação de taxa máxima de IMI apenas porque estavam convictas de que o Plano de Saneamento Financeiro a isso obrigava.

O Presidente respondeu à Vereadora afirmando que a actividade da Autarquia, quer ao nível cultural e desportivo, quer ao nível do relacionamento com o movimento associativo e com a comunidade, nada fica a dever ao que acontecia no anterior mandato, pelo contrário, em alguns aspectos está a funcionar acima daquilo que se fazia. Já em relação ao programa eleitoral, ele está a ser cumprido em parte, embora não na totalidade, pelas razões que decorrem das limitações que impendem sobre o Município devido não só à execução do Plano de Saneamento, mas também devido à conjuntura nacional. O Presidente tem a certeza de que se o PS tivesse ganho as eleições também não estaria a cumprir na totalidade o seu programa, uma vez que essa impossibilidade é uma consequência necessária do actual estado de coisas. Considera ainda injusto que se coloca realizações de 12 anos em confronto com

realizações de menos de 3 anos de mandato deste Executivo, ainda mais quando durante esses 12 anos a Câmara teve condições para se endividar ao ritmo de 1 milhão de euros por ano.

Para terminar, o Presidente afirmou que, independentemente da importância da obra que está feita, não se pode escamotear que a situação do Município do ponto de vista financeiro em 2009 era muito grave, de tal forma que não restou outra alternativa a este Executivo senão avançar com este Plano de Saneamento.

Deliberado por maioria, com duas abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, aprovar o 3º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro e remeter à Assembleia Municipal.

PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA

O Presidente propôs a entrada para discussão e votação fora da hora do dia do ponto “Aquisição de combustíveis rodoviários, gás propano a granel e lubrificantes – AD-22/2012 – Aprovação da Minuta e adjudicação do contrato conforme informação técnica de 12 de Outubro de 2012 – Acordo de Quadro celebrado na sequência do Concurso Público nº 03/2011/CCE para aquisição de combustível rodoviário, designadamente gasóleo a granel, pela Central de Compras da CIMLT”.

A entrada do ponto foi aprovada por unanimidade.

- Aquisição de combustíveis rodoviários, gás propano a granel e lubrificantes – AD-22/2012 – Aprovação da Minuta e adjudicação do contrato conforme informação técnica de 12 de Outubro de 2012 – Acordo de Quadro celebrado na sequência do Concurso Público nº 03/2011/CCE para aquisição de combustível rodoviário, designadamente gasóleo a granel, pela Central de Compras da CIMLT.

Deliberado por unanimidade aprovar a minuta de contrato para a aquisição de combustíveis rodoviários através da Central de Compras da CIMLT.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram vinte e duas horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.